

# Teologia da Libertação: Construção e história

Debate o discussão teoria social

Grupo de Trabalho Nº 21 - Sociologia na religião.

Camila Faria

## Resumo

O presente artigo se propõe estudar a Teologia da Libertação como parte da teoria crítica que a partir da década de 1960 ganhou força em toda América Latina e no Brasil e como seus fundamentos fortaleceram os movimentos sociais. Começamos apresentando o contexto de emergência na América Latina analisando o significado da relação entre política e religião no continente. Historicamente neste continente a religião e a política se relacionaram de forma singular, ambas têm um significado amplo e, mesmo quando permanecem autônomas, desenvolve-se entre elas um elo verdadeiramente dialético entre elas. Segundo Lowy (2000) a Revolução Cubana, em 1959, abre novo período histórico caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento de movimentos guerrilheiros, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político. A Juventude Universitária Católica brasileira através de seus principais líderes e militantes do movimento estudantil cristão decidiram formar uma nova organização política de inspiração marxista, a Ação Popular (1962). Além deste, outros movimentos sociais como o movimento sindical e a CEBs participaram desse processo histórico, importante para análise dos valores da Teologia da Libertação.

**Ponencista:** Camila Faria Mestre em Política Social – Universidade Federal Fluminense – Brasil/ Professora Departamento de Ciências Sociais - Curso de Serviço Social - Universidade Estadual de Montes Claros – Brasil.

**Palavras-chave:** CEBs – Movimentos Sociais - Teologia da Libertação.

## 1 – O contexto histórico de emergência da Teologia da Libertação.

Historicamente, na América Latina a religião e a política se relacionaram de forma singular, ambas têm um significado amplo e, mesmo quando permanecem autônomas, desenvolve-se entre elas um elo verdadeiramente dialético entre elas. Ao mesmo tempo, uma mudança social e política estavam a caminho na América Latina, pois a partir dos anos de 1950 em diante, a industrialização do continente, sob a hegemonia do capital multinacional, aprofundou as divisões sociais, estimulou o êxodo rural e o crescimento urbano concentrando uma classe<sup>1</sup>, que irá formar um imenso proletariado nas metrópoles. Com a Revolução Cubana, em 1959, um novo período histórico abria-se na América Latina, caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento de movimentos guerrilheiros, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político (LÖWY, 2000). Conceitos como “trabalho pastoral” ou “libertação” ganharam um significado que é tanto religioso quanto político, tanto espiritual quanto material, tanto cristão quanto social. O sociólogo brasileiro Pedro Ribeiro argumenta que:

na “Igreja da Libertação” o relacionamento entre prática religiosa e prática política é mais profundo: ele tem que ser entendido como uma unidade

---

<sup>1</sup> Essa “nova classe trabalhadora” está relacionada ao processo de industrialização instaurado no Governo Vargas que faz com que uma população essencialmente rural caminhe em direção aos centros urbanos para trabalhar nas novas indústrias. Esse caminho é mais conhecido como êxodo rural.

dialética, que vê na religião e a política como dois momentos de uma única realidade: as práticas de transformação social implementadas pelas classes populares (RIBEIRO apud LÖWY, 2000, p.64).

Para explicar o impacto do cristianismo da libertação, como movimento social na América Latina, é necessário entender sua gênese. Michel Löwy sugere “que ele é resultado de uma combinação ou convergência de mudanças internas e externas à Igreja que ocorreram na década de 1950, e que ele se desenvolveu a partir da periferia e na direção do centro da instituição” (LÖWY, 2000, p.69).

Desta forma, a mudança interna afetou a Igreja Católica como um todo: foi o desenvolvimento, desde a Segunda Guerra Mundial, de novas correntes teológicas, especialmente na Alemanha e na França, novas formas de cristianismo social (a ação dos padres operários e a economia humanista do Padre Lebret), uma abertura crescente às preocupações da filosofia moderna e das ciências sociais. O pontificado de João XXVIII (1958-1963) e o Concílio Vaticano II<sup>2</sup> (1962-1965) legitimaram e sistematizaram essas novas orientações, lançando as bases para uma nova era na história da Igreja Católica.

Como visto, anteriormente, as transformações sociais ocorridas na América Latina criaram as condições que possibilitaram a emergência da nova “Igreja dos Pobres”, cujas origens, é preciso observar, remonta a um período anterior ao Vaticano II, como explicitado anteriormente.

Movimentos católicos laicos, tais como a Juventude Universitária Católica e a Ação Católica, os movimentos populares (Brasil), comitês para a promoção da reforma agrária (Nicarágua) e, acima de tudo, as comunidades de base, eram no início dos anos de 1960, a arena social na qual os cristãos se comprometeram ativamente com as lutas populares, reinterpretaram o Evangelho à luz de sua prática e, em alguns casos, foram atraídos pelo marxismo.

Em alguns casos o marxismo foi utilizado para reinterpretação do Evangelho, para justificar o “compromisso político” desses cristãos. A exigência de pensar o “compromisso político” para servir à classe trabalhadora, exigiu que a nascente teologia usasse outros instrumentos analíticos, interpretativos, que não eram os mesmos utilizados pela tradição teológica.

Foi assim que a nascente teologia latino-americana passou a usar os instrumentos categoriais marxistas, permitindo uma análise crítica das realidades históricas, sociais e políticas.

A Teologia da Libertação é sem dúvida uma das maiores expressões de sensibilidade que surgiu nos últimos trinta anos na história da teologia. Introduzindo na história da Igreja ideias de igualdade social e direitos humanos, reivindicando para si como herança os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade advindas da Revolução Francesa. Dessa forma, vemos o rompimento com conceitos tradicionais da Igreja institucional.

Alguns de seus protagonistas são: Gustavo Gutiérrez (Peru), Rubem Alves, Hugo Assman, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto (Brasil), Jon Sobrino (El Salvador), Ronaldo Munoz (Chile), Samuel SivaGotay (Porto Rico) entre outros. Sabemos que “a teologia da libertação é um corpo de textos produzidos a partir de 1970” (LÖWY, 2000, p. 56).

Leonardo Boff afirmou “*que a Teologia da Libertação é, ao mesmo tempo, reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre essa práxis*” (BOFF apud LÖWY, 2007:56). Foi expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960, bem antes dos novos escritos teológicos acima mencionados e foram seu marco inicial. Ao falar que ela é reflexo de uma práxis

---

<sup>2</sup> O Concílio do Vaticano II foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, pela Constituição Apostólica *Humane salutis*, de João XXIII, para se ocupar da “salvação humana”. Reuniu-se quatro anos seguidos, em quatro sessões de dois a quatro meses cada uma, e publicou uma série de documentos que tratam praticamente de todos os grandes problemas da humanidade, em torno de uma central: a renovação da Igreja, considerada a partir de sua origem, na sua vida e especialmente na sua relação com o mundo.

anterior, Boff quis demarcar historicamente as práticas progressistas de setores da Igreja Católica que deram início ao que mais tarde foi por ele denominado “Teologia da Libertação”.

Ela também é feita pelo povo e tem como base a fé que transforma a história. Ela está “intimamente ligada à própria existência do povo - à sua fé e à sua luta. Faz parte de sua concepção de vida cristã” (BOFF, 2010, p. 25). Boff compara a Teologia da Libertação com uma árvore e diz que:

Quem nela vê somente teólogos profissionais vê a galhada da árvore. Não vê ainda o tronco, que é a reflexão dos pastores e demais agentes, e ainda vê todo o tronco o raizante que está por baixo da terra e sustenta a árvore toda: tronco e galhos (BOFF, 2010, p. 24).

Os teólogos da Libertação utilizam uma linguagem popular para fazer crítica ao sistema capitalista, revelando que este produz idolatria ao dinheiro e à ideologia do desenvolvimento econômico. De acordo com Rodrigo Castelo Branco (2011) o desenvolvimentismo pode ser definido como uma ideologia de transformação da sociedade brasileira cujo projeto econômico teve, na fase que vai desde 1930 até 1980, como um dos principais agentes: a industrialização integral como caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil. Inclusive a industrialização era tida como condição suficiente para acabar com a concentração de renda e reproduzir os índices sociais homogêneos e convergentes do centro aqui na periferia. Entretanto não foi exatamente isso que se verificou, pois ao invés de trazer soluções para os problemas como o desemprego e pobreza, gerou ainda mais desigualdades sociais. A crítica dos teólogos é justamente às consequências geradas. Claro que eles não rejeitam o progresso econômico, mas é a análise desses resultados que interessa sobre a vida dos pobres.

A Teologia da Libertação nasceu na Igreja Católica como resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e à fé cristã, interpretando que a situação de pobreza fere o espírito do Evangelho, ofendendo a Deus. “A Teologia da Libertação encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres” (BOFF, 2010, p. 14).

A preocupação com o pobre foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios que remonta à origens evangélicas do cristianismo. Os teólogos latino-americanos se colocam como continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração (LÖWY, 2000, p. 123).

## **1.1 - Desenvolvimento Histórico: Princípios e Valores**

De acordo com Boff (1996) podemos considerar que a história da Teologia da Libertação é composta por quatro fases distintas: a primeira está relacionada a gestação e gênese, a segunda à difusão e crescimento, a terceira a consolidação e, a quarta, a revisão e um novo impulso. Trataremos das mesmas, com o objetivo de resgatar essa teologia a partir do contexto histórico em que foi deflagrada e desenvolvida.

A primeira fase, de gestação e gênese ou preparação teve como marco inicial o Concílio Vaticano II (1962) que foi inaugurado por João XXIII e encerrado por Paulo VI, em 1965. O final da primeira fase é marcado pela II Conferência Episcopal Latino-Americano realizada na Colômbia, em Medellín, em 1968.

O Concílio Vaticano II pode ser visto como ponto de chegada de um longo processo, em que a fé procurava dar respostas aos desafios da época moderna. [...] Na América Latina, o Concílio não funcionou apenas como ponto de

chegada, mas também como ponto de partida de uma nova consciência de ser Igreja. De acordo com esta análise, a Igreja latino-americana realizou uma “recepção criativa” do Concílio à luz da realidade latino-americana, na perspectiva dos pobres a solidariedade como o homem de hoje torna-se solidário? com os pobres, e a teologia que acompanha com reflexão este caminho é a teologia da libertação (GIBELLINI, 1998, p. 369-70).

Os ensinamentos provenientes do Concílio foram fundamentais para a abertura da compreensão da Igreja “de que o ‘mundo’ faz parte dela- de uma Igreja que não pode ser ‘espiritualizada’ ou ‘desencarnada’- da mesma forma que o homem não é espírito sem corpo”, conforme relata Susin (2000, p. 53).

A Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano tem um significado muito importante na vida da Igreja na América-Latina, por que mais do que aplicar aquilo que fora pregado, ela fez uma nova interpretação do Concílio, partindo de sua realidade específica caracterizada pela pobreza, pela miséria e por injustiças sociais.

A referida Teologia resgata passagens do cristianismo primitivo e da história da bíblia para afirmar suas convicções. Para ela, Jesus se posicionou “ao lado dos excluídos” a fim de conhecer suas necessidades, passando pelo Evangelho podemos constatar que Ele se encontrava com todos aqueles que sofriam com alguma forma de opressão.

Foi assim – por caminhos desconcertantes e por meio de muitas dificuldades e sobressaltos- que a Igreja a América-Latina se torna consciente de que a luta pela justiça e a defesa dos pobres e excluídos era parte integrante de sua missão evangelizadora, porque inerente ao próprio Evangelho (SUSIN, 2000, p. 56).

Em sua análise Pinheiro (2010, p. 34) destaca que na década de 1970, Gustavo Gutiérrez apresentou os primeiros esboços sobre “a inovadora prática dos cristãos”, denominando de Teologia da Libertação. Para a autora esta orientação teológica teve sua emergência na sequência de uma ação histórica dentro da Igreja, a partir dos movimentos de leigos que foram criados pela Ação Católica. Esses movimentos atuaram de forma inovadora ultrapassando os objetivos da Igreja. São eles: Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrícola Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e, ainda, a Juventude Independente Católica (JIC).

O segundo período da história da Teologia da Libertação é marcado pela Terceira Conferência do Episcopado – Latino Americano que ocorreu em Puebla em 1979, teve como proposta o tema: “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. Ela inicia o segundo período histórico reconhecido por Boff como consolidação da Teologia da Libertação. “A difusão da mensagem de Puebla favoreceu a consolidação da nova teologia” (BOFF, 1996, p. 20).

Nos documentos de Puebla existe uma Teologia Pastoral que segundo Boff tem como característica o método “ver, julgar, agir”, sua descrição com relação à prática é mais orgânica, ela possui uma lógica de ação concreta, profética e propulsora. O lugar em que é desenvolvida são os Institutos Pastorais e os centros de formação, os seus produtores são pastores e agentes pastorais: leigos, irmãs, etc. A produção oral é em forma de palestras e relatórios, de produção escrita, documentos pastorais e mimeografados vários (BOFF, 2010, p. 26).

São dois os aspectos que a expressão libertação integral apresenta na conclusão da Conferência de Puebla: o aspecto interior e pessoal referindo-se a libertação do pecado pessoal e o aspecto histórico demonstrado pela necessidade de libertação da situação político-econômico-social-cultural denominado de pecado social (GIBELLINI, 1988, p.349). Este segundo aspecto, o pecado social é o assunto preferido da Conferência.

A terceira fase da história da T.d.L é apresentada por Boff como sendo o período de sua difusão e crescimento. Podemos afirmar que este foi um momento de expansão da T.d.L.

Um sinal de expansão foi a colaboração clandestina na Conferência de Puebla. Por outro lado, foi um tempo de defensiva: a teologia da libertação não era mais a ideologia dos vencedores e sim dos vencidos, era uma ideologia de resistência. Ao entrar no movimento, Leonardo Boff marcou a diferença, anunciando o tema do cativo. Sendo doravante movimento de resistência a teologia da libertação buscou formas de associação com as outras resistências e suas teologias, a teologia negra, indígena e a feminista (SUSIN, 2000, p. 186).

A teologia feminista mostra que as mulheres são oprimidas em nossa sociedade pela cultura machista e pelo sistema patriarcal. A luta das mulheres acontece desde o século XIX e se organiza com o fim de conquistar a igualdade com os homens. Luta que vem crescendo pelos últimos vinte anos pela diferença sexual e pela diferença de gênero (BOFF, 1996, p. 65).

Na América Latina, nos últimos quinze anos, houve um processo ligado aos cristãos de base e à Tdl que está elaborando e difundindo a Teologia feminista da Libertação. Começou-se a descobrir a mulher como sujeito histórico oprimido e discriminado, dominado pelo machismo, pela cultura patriarcal e também pelo colonialismo capitalista ocidental (BOFF, 1996, p. 66).

A teologia indígena deu o seu pontapé inicial através do reconhecimento dos povos indígenas “como sujeitos da vida social e política e também da vida e da organização da Igreja, da leitura da Bíblia, do diálogo que prepara o anúncio do Evangelho, etc.” (BOFF, 1996, p. 73). É importante entendermos que “a teologia é uma reflexão crítica sobre a experiência com Deus e do mundo, vivida pelas comunidades e pelos indivíduos animados na fé” (BOFF, 1996, p. 73). Cada cultura tem uma maneira particular de manifestar a fé, o que precisa ser reconhecido e aceito. Boff declara que é necessário “pedir perdão aos indígenas por todos os séculos de evangelização colonizadora e conquistadora” (BOFF, 1996, p. 73).

Os afro-americanos também são povos que vivem em uma condição peculiar merecedora de atenção, por causa do racismo resultado da escravidão sofrida por eles. Os negros foram tirados da África e foram submetidos a uma situação de escravidão, levados para vários países, inclusive o Brasil para o trabalho forçado. Eles eram tratados como mercadoria, pois eram sujeitos a um senhor que detinha o poder sobre suas vidas. (BOFF, 1996, p. 76).

Os cristãos e os teólogos da libertação fazem a opção pelo grito do negro, empobrecido e desprezado, arrancado à força das terras da África há quase quinhentos anos e presentes nas comunidades afro-americanas da América Latina e do Caribe (BOFF, 1996, p. 75).

O quarto período na história da T.d.L é o da revisão e do novo impulso, que se inicia após 1989, período em que a Teologia da Libertação tem o seu horizonte alargado, passando a se preocupar também com a ecologia. Alguns teólogos, sobretudo Leonardo Boff percebe que a agressão a Terra “deseestrutura o equilíbrio do planeta, ameaçado pelas sociedades contemporâneas e hoje mundializadas” (BOFF, 1996, p. 114). A nova visão da T.d.L parte do entendimento de que é preciso existir entre o ser humano e a Terra um relacionamento fraterno que possibilite o desenvolvimento sustentável, para que as gerações atuais e futuras possam ter qualidade de vida.

O crescimento econômico acompanhado do desenvolvimento industrial tem por objetivo produzir riquezas e serviços sem limites utilizando-se da Terra para isso. Nessa fase a teologia mostra que é necessário ser solidário com o pobre, mas, sobretudo com a natureza e o planeta Terra por que se nada for feito mais cedo ou mais se tornará impossível à vida. Precisamos cuidar do planeta, pois ele é o nosso único lar. Esse pensamento encontra eco num movimento que emerge no contexto dos movimentos antiglobalização, do Fórum Social Mundial e em resposta à crise ambiental pelo viés do marxismo, o Ecosocialismo. Para Pinheiro (2010) esta corrente traz o debate acerca da questão ambiental a partir de um enfoque de classes entendendo as condições atuais de exploração da riqueza e do consumo que comprometem as condições básicas de sobrevivência no planeta.

Entretanto para nós nesse momento interessa entender as três primeiras fases da Teologia da Libertação.

## 1.2 – Os princípios da Teologia da Libertação.

Já mencionamos que a Teologia da Libertação surgiu na América Latina a partir de uma práxis revolucionária de muitos cristãos comprometidos com o povo do continente, envolveu setores significativos da Igreja e movimentos religiosos laicos. São alguns deles: Ação Católica-AC, Juventude Universitária Cristã-JUC, Juventude Operária Católica-JOC e outras, além de redes pastorais com base popular, comunidades eclesiais de base (CEBs) e organizações populares criadas por ativistas das CEBs; associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores etc.

Referem-se a esse amplo movimento social e religioso como “teologia da libertação”. Porém, para alguns teóricos, esse termo não é o mais apropriado, pois o movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e a maioria de seus ativistas não são teólogos.

Segundo Pierre Sanchis (1992) o primeiro autor que cunhou a expressão Teologia da Libertação foi o teólogo Gutierrez numa conferência para sacerdotes em Chimbote, Peru. Já o “tema” da *libertação* é muito antigo na tradição judaico-cristã, sendo também muito antigo na própria América Latina (DUSSEL, 1984).

Michel Löwy (2000) observa que algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas ele propõe o termo “*cristianismo da libertação*”. Esta proposição se justifica por ser um movimento social que abrange tanto setores da Igreja Católica, quanto intelectuais leigos.

...por ser esse um conceito mais amplo que “teologia”, ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão “integrado” e “bem coordenado”, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia, etc.), uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns (LÖWY, 2000, p.57).

Resumindo, em uma única fórmula, a ideia central da teologia da libertação refere-se à expressão consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla (1979): “*a opção preferencial pelos pobres*”. Para a nova teologia, esses pobres são os agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história e não como na doutrina tradicional da Igreja, objetivo da atenção caridosa.

O “pobre” é o tema central para os teólogos da libertação, indicando a seguinte pergunta: “*Como ser cristão num mundo tão empobrecido*”? Numa das partes do Documento elaborado em Puebla e citado por Sanchis (1992) está expresso o questionamento quanto a condição de exploração do pobre:

O fato questionante é este: os pobres (classes sociais, raças oprimidas) são feitos socialmente pobres, como mostram os cientistas sociais, e os bispos em Puebla o confirmam: são produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas (SANCHIS, 1992, p.36).

Trata-se do pobre produzido por um sistema de relações sociais desiguais, cujas características são extremas no capitalismo periférico na América Latina. Dois aspectos são ressaltados por Leonardo Boff a produção de pobreza nesse sistema e a manutenção do pobre em sua situação de pobre, ou seja, dominado e oprimido.

São as condições de opressão e dominação que levaram os teólogos a falarem de libertação, não só a econômica, mas política, cultural e religiosa ao mesmo tempo. A “Igreja dos Pobres” tem sua dedicação à causa dos explorados, que possui razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes religiosas. Os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé (LÖWY, 2000).

Se considerarmos essa fé e essa identidade religiosa, profundamente arraigada na cultura popular, como uma “roupagem” de interesses sociais e econômicos, seremos reducionistas, e isso nos impede de entender a autenticidade do movimento.

A teologia da libertação é o produto espiritual (o termo vem d’A *Ideologia Alemã*, de Marx) desse movimento social, mas ao legitimá-lo e lhe fornecer uma doutrina religiosa coerente, ela contribui para sua expansão e fortalecimento. No entanto, é preciso lembrar que a teologia da libertação não é um discurso social e político e sim, antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual a partir das experiências de dominação no continente latino-americano, tornando-se assim um instrumento de formação de sujeitos sociais para uma atuação organizada em luta por justiça social. Sua mensagem é de fortalecimento dos valores cristãos.

A primeira tarefa da Igreja é celebrar, com alegria, a dádiva da ação redentora de Deus na humanidade, que realizou-se através da morte e ressurreição de Cristo. É a Eucaristia, memorial e ação de graças. Memorial para Cristo que supõe uma aceitação sempre renovada do significado da vida: a dádiva total para os demais (GUTIÉRREZ apud LÖWY, 2000, p.59).

De fato, o primeiro impacto da realidade latino-americana foi a situação social de pobreza e opressão da grande maioria do povo. Os bispos, considerando a realidade em que vivia a Igreja, se deram conta de que seu comportamento pastoral os colocara até então ao lado dos opressores, como avalistas religiosos de uma estrutura social injusta. À luz do Evangelho, sua posição se tornou extremamente incômoda. A grande maioria, de extração social humilde, passou por uma mudança de mentalidade. Decidiram a procurar novos caminhos, a reformular a ação da Igreja, a pastoral.

Existem muitas diferenças teóricas entre os teólogos da libertação, entretanto é possível descobrir uma série de princípios básicos que constituem inovações radicais como: uma crítica ao capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, (como uma forma de *pecado estrutural*); o uso do marxismo como instrumento de análise social a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classe; o desenvolvimento de comunidades de base cristã entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo Sistema Capitalista.

Sobre o pobre em Puebla, diz o arcebispo de Brasília: “Quando o pobre é tomado como sinônimo de ‘classe operária’, segundo as categorias marxistas, termina-se por assumir a luta de classes como chave única ou privilegiada da explicação da sociedade e da história e como caminho singular da práxis libertadora e da transformação social (SANCHIS, 1992, p. 39).

Interessante mencionar que para os teólogos da libertação, *dominado* não abrange apenas os que são operários, mas a grande massa oprimida desde pedreiros até moradores de morro. Para eles existe uma enorme diferença entre o pobre latino-americano e o proletário de Marx, conforme argumenta Sanchis.

Enquanto o proletariado marxista não tem nação, religião nem moral, o pobre real da América Latina é caracterizado por um mundo cultural impregnado de elementos religiosos, de valores humanos e cristãos (SANCHIS, 1992, p.40).

Dessa forma a práxis não é apenas política e ação partidária. Envolve tudo isso, mas também a ética, a mística e a escatologia.

A opção feita por esta linha de pensamento teológico é uma opção política, ética e evangélica. Ela é política por que o teólogo não é neutro politicamente, ele está situado ao lado dos oprimidos; a opção é ética por que o seu nascimento se dá através de um questionamento ético; a opção é evangélica por estar respaldada e motivada pelo Evangelho.

A Teologia da Libertação percebe que amar a Deus não significa somente contemplá-lo. O amor a Deus é demonstrado através do serviço aos pobres. “O serviço solidário ao oprimido significa então um ato de amor ao Cristo sofredor, uma liturgia que agrada a Deus” (BOFF, 2010, p. 15). Este entendimento é extraído das próprias escrituras bíblicas. Observa-se como o texto citado acima afirma esta colocação.

A forma mais adequada encontrada pela Teologia da Libertação de ajudar os oprimidos é entendê-los como sujeitos ou agentes de sua própria libertação. Aqui o assistencialismo é substituído pelo entendimento que o pobre tem força, consciência capacidade de transformar as relações sócias, descobrindo as causas que geram a situação opressora em que se encontram. A articulação de movimentos que reivindicam melhores condições salariais ou de moradia são exemplos de como os pobres atuam promovendo sua própria libertação, utilizando-se de instrumentos, como por exemplo, os sindicatos.

Não é surpresa que esses movimentos, “mergulhados” diretamente em uma sociedade em crise, se tornassem profundamente permeáveis às correntes sociais, políticas e culturais de seu ambiente (LÖWY, 2000, p.71).

### **1.3 – Teologia da Libertação no Brasil**

Foi exatamente o que aconteceu na JUC (Juventude Universitária Católica) brasileira no começo da década de 1960 e, como resultado de seu conflito com a Igreja, os principais líderes e militantes do movimento estudantil cristão decidiram formar uma nova organização política de inspiração marxista, a Ação Popular (1962).

Essa explosão de atividade no contexto da renovação que se seguiu ao Concílio Vaticano II, finalmente começou a estremecer a Igreja em todo o continente. A partir do momento em que os bispos se reuniram na Conferência Episcopal Latino- Americana em Medellín, em 1968, as novas resoluções



não só denunciavam as estruturas existentes, acusando-as de terem como base a injustiça, a violação dos direitos fundamentais da população, mas também afirmavam a solidariedade da Igreja com a aspiração do povo à “libertação de toda a servidão”.

“Não há dúvida de que o Concílio Vaticano II contribuiu para essa evolução. Não devemos nos esquecer, porém, de que os primeiros sinais de radicalização (especialmente no Brasil) se manifestaram bem antes do Concílio. Além disso, as resoluções do Vaticano II não foram muito além das fronteiras de uma modernização, um *aggiornamento*, uma abertura para o mundo. É verdade que essa abertura solapou as antigas certezas dogmáticas e fez a cultura católica mais permeável a novas idéias e influências externas” (LÖWY, 2000, p.77).

Abrir-se para o mundo moderno, a Igreja, sobretudo na América Latina, não poderia escapar dos conflitos sociais que estavam abalando o mundo, nem da influência das várias correntes filosóficas e políticas – especialmente o marxismo que, à época (década de 1960) foi a corrente filosófica e sociológica que predominou nas análises dos participantes do movimento da Teologia da Libertação. A teoria marxista foi utilizada como ferramenta de libertação dos povos oprimidos e não como um talismã (SANCHIS, 1992).

Nesse sentido, o marxismo e os marxistas não puderam ignorar o novo papel do cristianismo como fermento de emancipação das massas oprimidas na América Latina (SANCHIS, 1992).

É nesse contexto específico que nasce a Teologia da Libertação. Os teólogos latino-americanos mais progressistas, insatisfeitos com a “teologia do desenvolvimento”<sup>3</sup>, que dominava a Igreja, começaram a levantar o tema de libertação já no final da década de sessenta. Hugo Assmann, teólogo brasileiro, desempenhou um papel pioneiro na elaboração em 1970 dos primeiros elementos de uma crítica cristã e da libertação ao desenvolvimentismo, da mesma forma que Gustavo Gutiérrez que em 1974, publicou “Teologia da Libertação”, que foi expressão de dez anos de práxis por parte de cristãos com um compromisso social.

Teólogos da Libertação, como por exemplo, Gustavo Gutiérrez, rejeitavam a ideologia do desenvolvimento que tinha se tornado sinônimo do reformismo e da modernização. Ou seja, com medidas limitadas, tímidas, ineficazes que só pioravam a dependência, os teólogos acreditavam que: “só uma destruição radical da situação atual, uma transformação profunda do sistema de propriedade, a chegada ao poder das classes exploradas, uma revolução social, porão fim a essa dependência. Só essas coisas permitirão uma transição para uma sociedade socialista, ou pelo menos a farão possível” (LÖWY, 2000, p. 79).

O cristão deve encontrar a vivência da comunhão a que foi chamado na sua *comunhão de base*. Isto é, uma comunidade local ou ambiental que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita o convívio pessoal fraterno entre seus membros (DUSSEL, 1984, p.148)

Para os teólogos da libertação essa práxis libertadora deveria ser encontrada pelos católicos dentro de sua comunidade, onde estão localizados os problemas sociais por eles enfrentados.

---

<sup>3</sup> Ver, Especialmente, LÖWY, Michel. A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

## Referências Bibliográficas

- BETTO, F. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BOFF, L. et al. *As Comunidades de Base em questão*. Coleção Atualidades em diálogo. São Paulo: Paulinas, 1997.
- \_\_\_\_\_. BOFF C. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOFF, L. A.; REGIDOR, J. R.; BOFF, C. *A Teologia da Libertação: Balanços e Perspectivas*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- CATÃO, F. *O que é Teologia da Libertação*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 37 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FURTADO, C. (1959), *Formação Econômica do Brasil*. 30 Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- GIBELLINI, R. *A Teologia no século XX*. São Paulo: Loyola, 1988.
- LESBAUPIN, I. *Comunidades de Base e Mobilização Social*. Revista Praia Vermelha 14 – Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.
- LÖWY, M. *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva)*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.